



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
SECRETARIA DA AGRICULTURA, PECUÁRIA, PRODUÇÃO SUSTENTÁVEL E IRRIGAÇÃO
DEPARTAMENTO DE GOVERNANÇA DOS SISTEMAS PRODUTIVOS
DIVISÃO AGROPECUÁRIA

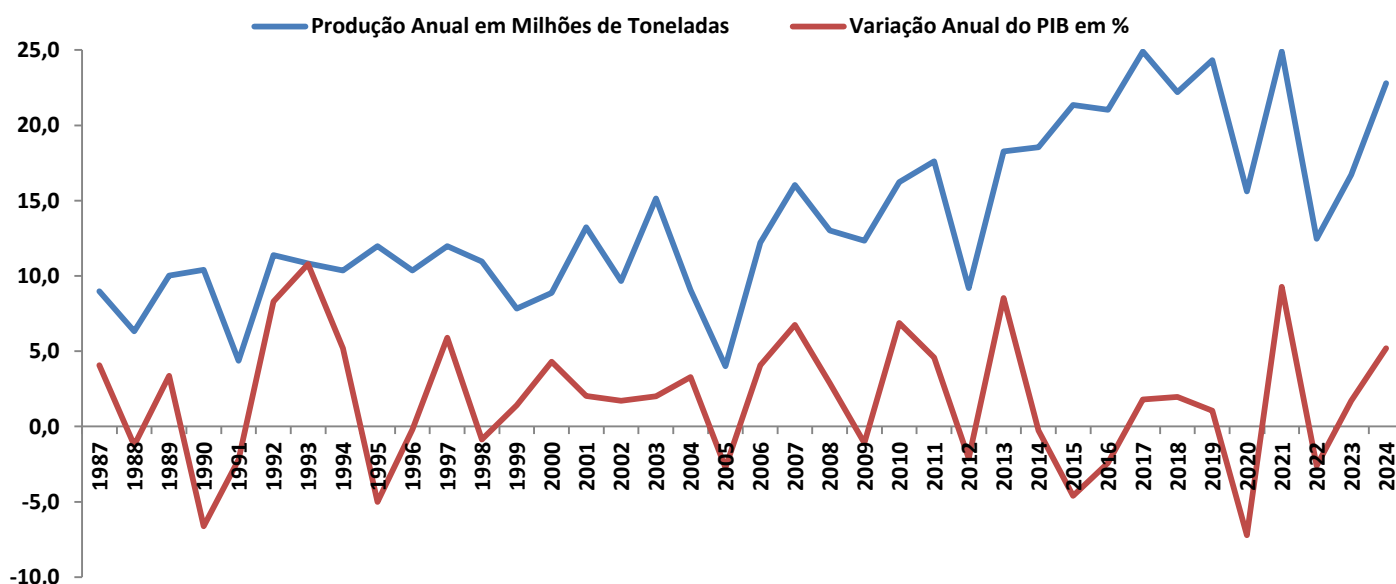
**NOTA TÉCNICA 07/2025 – IRRIGAÇÃO e RESERVAÇÃO DE ÁGUA
Subvenção a Projetos como fator de indução em investimentos.**

Importância da Reservação de Água e da Irrigação na Agricultura de Sequeiro

Os agricultores e pecuaristas do Rio Grande do Sul enfrentam sistematicamente prejuízos com a ocorrência de estiagens. Registros históricos mostram que, em sete de cada dez anos, ocorrem estiagens que comprometem o potencial produtivo das lavouras e pastagens.

E destas que muitas vezes são “silenciosas”, em três de cada dez anos, são secas severas e abrangendo praticamente todo estado. Não só os produtores têm as suas rendas comprometidas como toda economia estadual que depende do agronegócio sofre prejuízos bilionários. Conforme se observa no histórico do desempenho das safras de verão e nos respectivos PIB do estado. Ao longo dos últimos 20 anos em seis ocorreram perdas de grande magnitude pela falta de chuvas no verão.

Produção de Grãos (milhões de ton) e Variação do PIB % de 1987 a 2024 (abaixo):



Fonte: IBGE;SPGG/DEE

Recentemente, esta situação foi registrada, com as sucessivas estiagens nas safras agrícolas de 19/20, 21/22, 22/23 e em 24/25 . Cerca de 300 mil propriedades rurais foram impactadas no Rio Grande do Sul, com enormes perdas que se acumularam, estão consolidadas e serão sentidas por um longo tempo no estado. No

total 426 municípios gaúchos tiveram situação de emergência decretada em um ou mais anos neste período.

Somente os prejuízos financeiros, pelo que deixou de ser produzido em grãos, frutas, leite, carnes, hortaliças e outras atividades, estão estimados em mais de R\$ 130 bilhões, conforme dados divulgadas nos relatórios produzidos pela Seapi, Irga e Emater, como também por entidades como a Famurs - Federação dos Municípios do Rio Grande do Sul, a Farsul – Federação da Agricultura do RS, a Fetag – Federação dos Trabalhadores Rurais do RS e a RTC - Rede Técnica das Cooperativas.

Além disto, considerando os efeitos multiplicadores do agronegócio nos demais setores da economia, secundário e terciário, com base no MIP - Mapa de Insumo Produto, mais de 100 mil empregos e postos de trabalho se extinguíram neste período.

Atualmente a irrigação na área plantada das duas principais culturas de sequeiro do estado alcança apenas 2,8% na soja e 14,7% no milho, sendo este último estratégico para a viabilidade e manutenção do parque agroindustrial de aves, suínos, laticínios e outros da proteína animal no RS.

Diante da relevância da produção agropecuária na economia estadual, a reservação de água e a irrigação assumem grande importância e são fundamentais para mitigar as perdas em anos de estiagens. Também funcionam como um seguro agrícola para a produção primária, garantindo maior estabilidade do retorno econômico. Isso também permite um planejamento dos investimentos a médio e longo prazo, tanto por parte dos agentes públicos como dos produtores rurais.

Por outro lado, as condições naturais do clima gaúcho, com uma média aproximada de 1.600 mm de chuvas por ano mas, em muitos anos mal distribuídas nos meses de primavera e verão, possibilitam e favorecem a adoção e continuidade de uma política permanente de investimento em reservação de água e irrigação para elevação da produtividade e proteção das colheitas e criações.

Nesse sentido, o Governo do Estado vem desenvolvendo desde 2023 o Programa Supera Estiagem na modalidade Irrigação, onde encontra-se o Programa “Irrigação com Subvenção”.

A execução desta política pública busca atender os pleitos da sociedade gaúcha, através de projetos e sugestões encaminhadas pelo Legislativo, pela Federação dos Municípios e pelas entidades representativas de agricultores e do agronegócio.

O Programa prevê uma subvenção de 20% a fundo perdido pelo Governo do Estado, limitado a R\$ 100.000,00 (cem mil reais) do valor investido pelo agricultor em projetos de irrigação e reservatórios de água destinados à irrigação.

Nesta ação está o importante papel do Estado como indutor de investimentos da iniciativa privada, incentivando a construção ou ampliação de reservatórios de água e a implantação de sistemas de irrigação

“Projetos em que o agricultor está envolvido diretamente na execução, compra de materiais e serviços, são mais eficazes, econômicos para o setor público”. O Estado entra com o incentivo financeiro como prêmio pelo investimento privado e que cujo retorno volta com aumento de arrecadação pela maior produção agropecuária, pela diminuição da evasão de divisas na importação de milho, além dos tributos diretos na aquisição equipamentos, etc..

A continuidade desta política torna-se necessária para que o aumento da área irrigada em lavouras de sequeiro tenha o crescimento projetado pelo executivo estadual, pactuado com o Ministério da Agricultura e Pecuária, como consta no Plano de Metas do Programa ABC +, que prevê uma ampliação de 216 mil novos hectares irrigados até 2030.

Eng. Agr. Paulo Lipp João
Fiscal Estadual Agropecuário
Chefe da Divisão Agropecuária